

**FACULDADE PATOS DE MINAS
CURSO CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

WESLEY PEREIRA MACHADO

**PROCESSO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NA
EVIDENCIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E CONFIABILIDADE DAS
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

**PATOS DE MINAS
2020**

WESLEY PEREIRA MACHADO

**PROCESSO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NA
EVIDENCIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E CONFIABILIDADE DAS
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

Artigo apresentado à Faculdade Patos de Minas como requisito para conclusão do Curso de Graduação em Ciências Contábeis para finalidade de obtenção do título de Bacharel, podendo gozar dos direitos de Contador.

Orientadora: Prof.^a Me. Dinamar Vidallas Rodrigues.

**PATOS DE MINAS
2020**

AGRADECIMENTOS

À professora de disciplina de Metodologia Científica, Me. Neise Maria Verçosa pela sua presteza, dedicação e esclarecimentos fundamentais a desenvolver e finalizar esse estudo.

À professora Me. Dinamar Vidallas Rodrigues, minha orientadora, pelas assistências dispensadas que possibilitaram encontrar um norte para este estudo.

EPÍGRAFE

“Apesar de a auditoria não se destinar especificamente à descoberta de fraudes, erros ou irregularidades exercidas por gestores ou funcionários, a mesma, com frequência, visa apurar tais circunstâncias por meio dos procedimentos que lhes são intrínsecos.”

Franco (1991)

PROCESSO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NA EVIDENCIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E CONFIABILIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Wesley Pereira Machado.¹
Dinamar Vidallas Rodrigues²

Resumo

O presente estudo teve o objetivo de identificar relatórios componentes das demonstrações financeiras a serem utilizados pelos auditores em processos de auditorias organizacionais internas, externas ou independentes. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, descritiva, explicativa com abordagem qualitativa. Os dados teóricos apontam que as demonstrações financeiras envolvem diferentes relatórios contábeis realizados para auxiliar as empresas em suas tomadas de decisões sobre gastos e investimentos, e, que, ao serem auditadas contribuem para capturar as suas situações e prover informes relevantes para partes interessadas, como gestores, credores, governo e agentes econômicos. O auditor pode utilizar relatórios para expor as demonstrações financeiras, por meio destes, torna-se possível emitir o seu parecer com as informações necessárias a corresponder às expectativas que se fizerem necessárias para as partes interessadas. A importância da auditoria das demonstrações financeiras para as empresas, vai além de averiguar os seus dados financeiros, esta pode contribuir para compreender mais profundamente as bases do empreendimento e os princípios regulatórios a que as organizações estão sujeitas, de forma a enxergar irregularidades, conjecturar riscos, colaborar para encontrar soluções, e, logo, cooperar para manter a transparência e a continuidade do negócio.

Palavras-chave: Auditoria. Contabilidade. Demonstrações financeiras.

ABSTRACT

This study aimed to identify component reports of financial statements to be used by auditors in internal, external or independent organizational audit processes. Bibliographic, descriptive, explanatory research with a qualitative approach was carried out. Theoretical data indicate that the financial statements involve different accounting reports made to assist companies in making decisions about expenses and investments, and that, when audited, they contribute to capture their situations and provide relevant information to interested parties, such as managers, creditors, government and economic agents. The auditor can use reports to present the financial statements, through which it is possible to issue an opinion with the necessary information to meet the expectations that may be necessary for the interested parties. The importance of auditing financial statements for companies,

¹ Graduando em Ciências Contábeis pela Faculdade Patos de Minas (FPM).

E-mail: wesley.09884@alunofpm.com.br

² Professora orientadora em Ciências Contábeis pela Faculdade Patos de Minas (FPM).

E-mail: excelencia.dinamar@hotmail.com

goes beyond verifying their financial data, it can contribute to a deeper understanding of the bases of the enterprise and the regulatory principles to which organizations are subject, in order to conjecture risks, collaborate to find solutions, and then cooperate to maintain transparency and business continuity.

Keywords: Audit. Accounting. Financial statements.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma ciência que objetiva controlar permanentemente o patrimônio empresarial (RIBEIRO, 2012). Cujas técnicas de gestão tem como fim entrever a situação patrimonial e os seus resultados das empresas (NUNES, 2006).

Enquanto ferramenta, a contabilidade é muito importante para auxiliar a administrar o desenvolvimento do patrimônio de uma empresa e, especialmente, para a prestação de contas entre usuários e sócios, porque o seu objetivo é mostrar a realidade da empresa e os aspectos que geram mudanças, de modo a fornecer informações adequadas à qualquer tomada de decisão (IUDICIBUS, 2000).

Para realizar a revisão dos registros contábeis, existe a auditoria que tem a finalidade de comparar de forma imparcial, o fato consistente e o indesejado, com o objetivo de apresentar uma análise como condição ideal ou explicar comentários realizados em relatórios de auditoria (ARAÚJO, 2004).

O auditor, por meio de demonstrações contábeis, realiza a avaliação econômica de uma empresa. Essas demonstrações são instrumentos utilizados para estabelecer créditos e constatar capacidades de pagamentos. É imperativo que se faça o uso destas no cotidiano empresarial, como um fator essencial de subsídio aos administradores, para, assim, alcançar uma gestão empresarial competente (SANTOS e CASA NOVA, 2005).

Perante o exposto, o presente estudo partiu para questionar quais tipos de relatórios podem compor as demonstrações financeiras e serem utilizados em processos de auditorias internas, externas ou independentes.

Partiu-se da hipótese de que, assim como informado no Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC (2009), as Demonstrações Contábeis é um instrumento muito importante para os gestores, pois, estes podem otimizar os resultados e distinguir novas atitudes para a organização. Tendo em vistas que, o objetivo principal das Demonstrações financeiras é fornecer informações alusivas à posição patrimonial e financeira da empresa (Balanço Patrimonial), sobre o seu desempenho em um determinado período (Demonstração do Resultado) e a fim das alterações na sua condição financeira (Demonstração dos Fluxos de Caixa), esse instrumento é aproveitado por uma disparidade de usuários e colabora para as suas estimativas e tomadas de decisões econômicas (COMITÊ DE

PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS-CPC, 2009). Essa hipótese se confirmou no estudo aqui apresentado.

Esse trabalho se releva, a partir do momento em que se constata em publicações como CPC (2009) que, por meio das demonstrações financeiras o auditor tem a possibilidade de realizar levantamentos sobre a posição patrimonial e financeira de uma empresa e verificar o seu desempenho, o que pode ser favorável a diferentes usuários em suas tomadas de decisões econômicas. Para além disso, mediante as demonstrações contábeis o auditor pode levantar os resultados da atuação da gestão, de forma a mostrar os seus deveres e responsabilidades na gestão ativa dos recursos que lhes foram creditados. Assim, esse estudo poderá ser importante, para graduandos em Ciências Contábeis, futuros auditores e para o público que se interessa pelo tema e enxerga nele elementos relevantes para aplicabilidade de seus objetivos organizacionais.

O objetivo deste estudo foi identificar relatórios componentes das demonstrações financeiras a serem utilizados pelos auditores em processos de auditorias organizacionais internas, externas ou independentes.

2 METODOLOGIA

Realizou-se um estudo bibliográfico em que foram consultadas fontes como livros, dissertações, artigos e periódicos. Estudos bibliográficos são confeccionados por meio referências teóricas publicadas através de livros escritos e eletrônicos, bem como dissertações, artigos científicos, páginas de bibliotecas digitais (SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009).

Foi realizada um estudo webliográfico: “webgrafia/webografia [web+-o-+(biblio)grafia] e webliografia [web + (bi)bliografia]” são formas recenseadas em trabalhos acadêmicos, que designa a lista de endereços URL, em que se encontram dados importantes para desenvolver um trabalho de pesquisa (PINHEIRO, 2010, p.1).

As bibliotecas digitais de universidades e Google acadêmico convieram como fontes de dados levantar material para este trabalho. Foram selecionados trabalhos publicados no período de 1998 a 2020. Utilizaram-se os seguintes descritores:

auditoria, demonstrações financeiras, papéis de trabalho, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O estudo foi descritivo explicativo. As pesquisas descritivas têm como finalidade “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2008, p.28).” As pesquisas explicativas buscam “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos (GIL, 2008, p.28).” Este tipo de pesquisa aprofunda no conhecimento da realidade estudada, para explicar a causa e o porquê dos fatos.

3 REVISÃO TEÓRICA

3.1 Auditoria

O termo auditoria, etimologicamente, procede do latim *audire* - ouvir. Inicialmente, os ingleses o traduziram como *auditing*, para referir somente o conjunto de procedimentos técnicos para a revisão dos registros contábeis. A auditoria passou a ter significado mais amplo e pode ser conceituada como uma ação independente de constituir um confronto com alguma circunstância para uma análise preestabelecida, que se distingue com a condição adequada, para que seja possível emitir uma opinião ou esclarecer a respeito. Assim, auditoria configura o ato de comparar de forma neutra entre o fato sólido e o indesejado, com o objetivo de apresentar um conceito como condição ideal ou exprimir comentários, consolidados em relatórios de auditoria (ARAÚJO, 2004).

A auditoria tem o objetivo de examinar documentos, livros e registros, inspeções e alcance de dados, internos e externos, baseados no controle do patrimônio, para analisar a precisão desses registros e das suas demonstrações contábeis. Os exames são realizados conforme as normas da auditoria habitualmente aceitas envolvendo procedimentos que os auditores considerarem relacionados em cada circunstância, a fim de obter elementos de convicção com a intenção de demonstrar se os registros contábeis foram realizados segundo os princípios fundamentais e normas de contabilidade, bem como se as demonstrações contábeis procedentes destes refletem de modo adequado a circunstância econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período

administrativo examinado dentre outras ocorrências nelas demonstradas (FRANCO, 1991).

Compreendida ainda como uma ação independente a auditoria busca estabelecer um paralelo com alguma realidade, mediante uma crítica preestabelecida que se diferencia da condição adequada para emitir um conceito. Ao auditor, compete desempenhar a função de auditoria com a maior credibilidade possível, isso, devido a não ser aceito restar quaisquer espécies de dúvidas, referente a probidade e padrões éticos desse profissional (MORAIS, 2009).

3.1.1 Auditoria Externa

Auditoria externa pode ser exercida por um profissional independente da organização a ser auditada. A finalidade de auditor externo consiste em emitir uma apreciação referente as demonstrações financeiras (CHERMAN, 2012),

Alguns aspectos são essenciais à auditoria externa, como constatação, pelo registro de que os fatos patrimoniais são exatos, comprovação de erros e fraudes, parecer de providências para prevenir erros e fraudes, constatar se a contabilidade é aceitável sob o aspecto ordenado e de coordenação, verificar como se estabelece o funcionamento dos controles internos e proposição de previsão de fatos patrimoniais, com a intenção de conservar a entidade no âmbito dos limites de organização e licitude (JUND, 2007).

A contratação de um auditor externo ou independente pode ocorrer pelas seguintes razões, obrigação legal, ou seja, as empresas abertas são legalmente obrigadas; determinação de bancos para conceder empréstimos; determinação estatutária; determinação dos acionistas minoritários, bem como para fins de cisão, fusão, incorporação ou consolidação de empresas (SÁ, 2007).

3.1.2 Controles internos

Controles internos envolvem processos e rotinas contábil e administrativa, cujo objetivo é municiar a corporação, de forma que os seus colaboradores possam compreender e atender as políticas aconselhadas pela administração, resguardar a

probidade dos ativos, para que as operações realizadas sejam registradas de maneira adequada na contabilidade e ratificadas pelas demonstrações financeiras fidedignamente (MAIA *et al.*, 2005).

O fim maior dos controles internos consiste em estabelecer padrões, mensurar e prevenir o comportamento da entidade, para garantir a não ocorrência de erros. Os controles internos envolvem ferramentas da empresa designadas à precaução, inspeção e verificação administrativa, que consistam analisar, gerir ou conduzir os fatos que se constatam na empresa e que determinam reflexos em seu patrimônio. Estes podem ser contábeis que são voltados para a proteção dos ativos e administrativos que coordena as políticas administrativas (JUND, 2007).

Os sistemas de controles internos classificam-se segundo os seus objetivos específicos, isto é, os preventivos que operam como uma direção de modo a oferecer assistência para os fatos, os detectivos que visam detectar as causas pelos quais aconteceram os fatos, no entanto não impedem que os mesmos venham a acontecer; e corretivos que podem auxiliar na investigação e no alinhamento dos fatos (SANTOS; GRATERON, 2003).

3.1.3 Papéis de trabalho de Auditoria

Os papéis de trabalho constituem os formulários e documentos providos de elementos alistados pelo auditor durante a sua análise, junto as provas e descrições dessas verificações, mostram a evidência do trabalho realizado e a base de sua apreciação. Com finalidade de evitar volumes significativos de documentos e propiciar outras formas para exercer o trabalho, o auditor pode utilizar os papéis de trabalho para anotar os achados e ratificar o trabalho cumprido. (ATTIE, 1998).

Incumbe ao auditor registrar nos papéis de trabalho as informações alusivas ao projeto de auditoria, sua natureza, conformidade e métodos utilizados, os resultados obtidos e os seus pareceres sobre a auditoria realizada. Os papéis de trabalho devem expor a ponderação do auditor sobre as questões que apresentam mais sentido junto a sua conclusão. A aquisição dos papéis de trabalho é tema de apreciação profissional, entretanto, qualquer contexto capaz de influenciar sobre o seu parecer, deve determinar papéis de trabalho que exponham investigações e conclusões do auditor (SANTOS; GRATERON, 2003).

Ao preparar os papéis de trabalho, o auditor deve deixar os conteúdos compreensíveis a qualquer outro auditor, que mesmo sem ter conhecimento anterior daquela auditoria, possa compreender o trabalho e a base para tomada de decisões, sem entrar nas particularidades auditadas. Os conteúdos dos papéis de trabalho costumam dispor de dados da estrutura organizacional, legal e econômica da empresa, de processos de planejamento e programas de auditoria interna, análises e pareceres do auditor sobre o sistema contábil, controle interno, seu consentimento de eficácia e adequação e avaliação dos riscos de auditoria. Bem como, pode conter cópias das demonstrações contábeis, com as devidas assinaturas da gestão e do contabilista responsável e de pareceres e relatórios do auditor (TEIXEIRA *et al.*, 2011).

3.2 Demonstrações Contábeis

A contabilidade permite através de suas técnicas, controlar permanentemente do patrimônio das entidades (RIBEIRO, 2012). Trata-se de uma técnica de gestão cujo fim é a determinação da condição patrimonial das organizações e seus resultados (NUNES, 2006). Nesse contexto pode-se contar com as demonstrações contábeis, mediante as quais, torna-se possível fazer levantamentos sobre a posição patrimonial e financeira da empresa, seu desempenho e fluxos de caixa, cuja utilidade atende à uma significativa quantidade de usuários para quaisquer tomadas de decisões econômicas. As demonstrações contábeis apresentam os resultados da atuação da gestão, perante os seus deveres e responsabilidades (CPC, 2009).

Analisar as demonstrações contábeis é uma das técnicas para proceder à avaliação econômica de empresas usadas pelo usuário externo. Refere-se a um recurso que os fornecedores utilizam para criar créditos e averiguar a capacidade de pagamento. Torna-se imprescindível utilizar as demonstrações contábeis no cotidiano organizacional, como um fator essencial de auxílio aos gestores para alcançar uma gestão empresarial eficaz (SANTOS; CASA NOVA, 2005).

3.3 Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras tem o objetivo de atender as informações de usuários externos, que não se encontram em condições de solicitar relatórios

designadamente planejados para atender às suas necessidades características (CPC 26, 2009).

As demonstrações financeiras, para as quais o auditor externo emite o seu parecer, configuram segundo Almeida (2008): Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração do Valor Adicionado e, Notas Explicativas, estas são apresentadas na seção subsequente.

3.3.1 Tipos de relatórios para demonstrações financeiras e contábeis

3.3.1.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial expõe a posição financeira da corporação em certo período, para evidenciar os seus bens e direitos. Oportunizando confrontar os ativos por meio dos bens e direitos que esta disponibiliza com o passivo mediante as suas obrigações. Esse contexto sofreu alterações a partir das Leis 11638/2007 e 11941/2009 que chegaram a modificar as estruturas das demonstrações contábeis (ALMEIDA, 2008).

No Balanço Patrimonial, as contas que são estabelecidas no ativo e no passivo devem ser incorporadas, visando promover o conhecimento para a análise da condição financeira da organização. Para tanto, essas contas devem ser apresentadas em ordem decrescentes de grau de liquidez para o ativo e de exigibilidade para o passivo (CAMARGO *et al.* 2001)

3.3.1.2 Demonstração do Resultado do Exercício - DRE

O artigo 187 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), estabeleceu a Demonstração do Resultado do Exercício-DRE, cujo objetivo é apresentar de forma vertical e resumida o resultado apurado relacionado ao conjunto de operações feitas em certo período comumente de doze meses. Conforme a referida legislação, as empresas devem citar as seguintes informações na DRE: especificações, vendas (mercadorias, produtos e serviços), deduções com impostos, devoluções e descontos incondicionais, receita líquida, custo (vendas,

mercadorias vendidas, produtos vendidos, serviços prestados), lucro bruto, despesas operacionais (pessoal, administrativas, vendas, tributárias), depreciação e amortização, perdas diversas, resultado financeiro, receitas e despesas financeiras, resultado antes das despesas (com tributos, Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social), para, enfim, encontrar o Resultado Líquido do Exercício (IUDÍCIBUS, 2012). Destaca-se que a Lei ora mencionada foi alterada pelas Leis 11638/2007 e 11941/2009 que veio a modificar as estruturas das demonstrações contábeis.

3.3.1.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL

Laurindo (2006) divulga que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) mediante a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) T.3.5 define a demonstração das mutações do patrimônio líquido como a demonstração contábil encarregada de elucidar, em determinado período, a movimentação das contas complementares ao patrimônio empresarial.

A demonstração das mutações do patrimônio líquido objetiva discriminar os saldos no começo do período, adequar, exercícios antecedentes, reversões e transferências referentes a reservas e lucros, o aumento de capital conforme sua natureza; a diminuição de capital, o destino do lucro líquido do período, a “reavaliação de ativos e sua realização líquida do efeito dos impostos correlativos, o resultado líquido do período, as compensações de prejuízos; os lucros distribuídos; os saldos no final do período (GATTIO, 2013, p. 18).” Todo acréscimo e redução do Patrimônio Líquido é comprovado por meio desta demonstração e pela formação e uso das reservas (com inclusão aquelas não estabelecidas por lucro).

3.3.1.4 *Demonstração de Fluxo de Caixa- DFC*

De acordo com Gattio (2013), a Lei 11638/07 inseriu a Demonstração de Fluxo de Caixa para suprir a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) conforme comunicado técnico do Comitê dos Pronunciamentos Contábeis (CPC) a demonstração deve ser comprovada no período mediante as seguintes atividades:

Atividades operacionais: quantias de valores destinados a operações, como por exemplos, empréstimos, manutenção da capacidade operacional, pagar dividendos, e juros sobre capital próprio, fazer novos investimentos. Tais valores decorrem das atividades de receitas da entidade que movimentam o caixa, como pagamentos e recebimentos, vendas de imobilizado com lucro ou prejuízo e, investimentos e antecipações de caixa (GATTIO, 2013).

Atividades de investimento: relacionam-se com as atividades que geram lucros que se encontram entre as quais movimenta o caixa: aquisição e venda de ativo imobilizado, intangíveis e demais ativos de longo prazo tanto para desenvolvimento como para imobilizados de construção própria; adiantamento a empréstimos feitos a terceiros ou recebimentos; pagamentos e recebimentos por contratos futuros, entre outros (GATTIO, 2013).

Atividades de financiamento: Relacionam-se à movimentação de caixa que serão solicitados posteriormente por fornecedores de capital à empresa, como: “recebimento ou pagamento pela emissão de ações, recebido pela emissão de debêntures, empréstimos, notas promissórias e outros títulos de dívida; pagamento da redução do passivo relativo a arrendamento financeiro, entre outros (GATTIO, 2013).

3.3.1.5 Demonstração do Valor Adicionado- DVA

Esta demonstração contábil foi implantada pela lei 11638/07 e demonstra o quanto de riqueza a entidade conseguiu produzir. A DVA contribui para realizar um diagnóstico mais eficaz da distribuição de recursos. Para ser calculada, deve-se essencialmente subtraí-la da Receita Operacional os custos dos recursos de terceiros, que são usados no processo operacional (MARION, 2008).

3.3.1.6 Notas Explicativas

De acordo com Leandro (2011), o objetivo das Notas Explicativas é oferecer informações para prover dúvidas, no que tange às operações que a entidade tenha realizado ao longo do ano. Entretanto, com o advento das Leis 11.638/07 e 11.941/09, as notas explicativas passaram a ter maior relevância para o conjunto de demonstrações contábeis, em razão da tendência das normas brasileiras de

contabilidade para os padrões internacionais do IFRS (*International Financial Reporting Standards*), em que se observa a contabilidade societária.

A Interpretação Técnica Geral (ITG) número 1000 exarada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2012) através da Resolução 1.418/12, estabelece que as notas explicativas as demonstrações contábeis abordadas devam incluir, no mínimo:

- Declaração explícita e não reservada;
- Descrição resumida das operações da entidade e suas principais atividades;
- Referências as principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis;
- Descrição resumida das políticas contábeis significativas utilizadas pela entidade;
- Descrição resumida de contingências passivas, quando houver; e
- Qualquer outra informação relevante para a adequada compreensão das demonstrações contábeis.

Embora as notas explicativas não sejam consideradas uma demonstração contábil, estas têm suma relevância ao conjunto da obra, em razão de tornar mais clara à interpretação das informações contidas nas demonstrações contábeis, e, nas informações adicionais que nem sempre estão claramente manifestas aos usuários externos à contabilidade.

3.3.1.7 Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis

A auditoria independente das demonstrações contábeis ou demonstrações financeiras compõem o conjunto de processos técnicos que tem por finalidade emitir um parecer a respeito da adequação da: “[...] posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as DFC e DVA de recursos da entidade auditada, consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação específica no que for pertinente (PORTAL DA CONTABILIDADE, 2014, p.1)”.

A auditoria independente é uma profissão que requer nível superior, é atribuição específica de bacharel em Ciências Contábeis com registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC da respectiva região do profissional. Exige-se que o preposto do auditor, independentemente do nível, seja ainda, contador e esteja

regularizado no CRC regional. Aos auxiliares nos níveis iniciais exige-se que estejam cursando faculdade de Ciências Contábeis (PORTAL DA CONTABILIDADE, 2014).

Os auditores que esperam auditar empresas de capital aberto e aquelas que atuam no mercado financeiro, subordinadas ao controle do Banco Central do Brasil devem estar registrados na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Para atender os objetivos de registro na CVM, o auditor deverá demonstrar para aquela instituição ser íntegro, ter habilidade profissional, ser registrado no CRC e já exercer a profissão de auditor independente por um período mínimo de 5 anos (PORTAL DA CONTABILIDADE, 2014).

3.3.1.7 Importância da auditoria das demonstrações financeiras

Conforme Garcia; Souza (2020) A transparência nas informações financeiras, alinhada às informações confiáveis, completas e legitimadas por um auditor independente, é de fundamental importância para atender às expectativas dos acionistas, investidores, colaboradores, parceiros, bancos, fornecedores, administradores, órgãos públicos etc. Disso, nota-se a importância da auditoria das demonstrações financeiras. Passar pelo crivo de uma auditoria é uma oportunidade para sua empresa conhecer melhor a qualidade de seus controles internos, promover a governança e estar mais aberta a investidores e recursos externos.

- Garantir a confiabilidade e a credibilidade das informações financeiras;
- Permitir o real conhecimento da situação econômica e financeira;
- Facilitar a tomada de empréstimos bancários a juros mais baixos;
- Facilitar a obtenção de financiamento externo;
- Tornar a empresa mais atrativa aos investidores;
- Certificar se os registros financeiros estão em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS ou com as Normas Brasileiras de Contabilidade – CPC;
- Ajudar os gestores nas tomadas de decisões ou nas mudanças gerenciais, contribuindo com o desenvolvimento da governança corporativa;
- Melhorar os controles internos, essenciais para a vida financeira de sua empresa (GARCIA; SOUZA, 2020, p.1)

Em muitos casos, os auditores podem se deparar com contextos ou itens referentes ao balanço em que as verificações são improváveis, isto é, falta uma declaração da empresa ou comprovação satisfatória capaz de garantir a verificação

de determinado ativo ou passivo. Se isso acontecer, e ainda com itens materiais, pela norma, o auditor tem a obrigação de referir essas incertezas em seu parecer de auditoria. Assim, a auditoria externa ou independente acaba por se tornar uma base para as gestões que esperam que seus balanços apresentem credibilidade e confiança no mercado. O principal benefício oferecido pela auditoria é o de garantir que todas as suas informações das demonstrações financeiras sejam legítimas e fieis. A auditoria além de transmitir a confiança aos acionistas, comprova que o resultado e os lucros auferidos são verdadeiros (SCHMITZ, 2016).

A auditoria das Demonstrações Financeiras apresenta ainda a vantagem de gerar confiança imprescindível, de que todas as informações financeiras, sejam anuais, trimestrais ou mensais, são fidedignas e confiáveis, cujo atestado procede de um profissional independente ao processo

O Relatório do Auditor irá declarar que as demonstrações financeiras são confiáveis em diversos aspectos, tais como Financeiro, Contábil, Societário, Tributário e Fiscal, Trabalhista e Patrimonial. O muito ocorre é que há exigências que a empresa tenha suas demonstrações Financeiras auditadas pelos próprios acionistas, bancos, reguladoras (CVM, SEC), bolsa de valores, clientes ou fornecedores. Em razão dessas exigências, a auditoria possui um papel fundamental na sociedade e perante aos seus contratantes. Auditores normalmente são contratados pelos proprietários das companhias, sócios, acionistas ou por encarregados da gestão da companhia. Para grandes empresas de capital aberto, com ações em bolsa de valores, são todas obrigatórias a terem suas demonstrações financeiras auditadas, entretanto, muitas empresas de capital fechado ou sociedades limitadas tem auditado suas demonstrações financeiras com objetivo de demonstrar ao mercado ou aos seus sócios a credibilidade de suas operações (SCHMITZ, 2016, p.4).

Devido à sua credibilidade, a auditoria vem sendo imprescindível como instrumento para fazer a captação de novos investidores, recursos financeiros com percentual mais atrativo ou ainda carências lucrativas (SCHMITZ, 2016).

Assim, a auditoria vem trazendo benefícios de trazer confiança de que os ativos da empresa estão, de fato, sendo bem administrados e alcançando lucratividade aguardada pelos acionistas investidores.

4 CONCLUSÃO

A auditoria é uma ação independente extremamente importante para as empresas, pois, visa estabelecer um paralelo com determinada realidade, por meio de críticas preestabelecidas que podem se diferenciar da condição adequada para emitir conceitos.

Compete ao auditor desempenhar o seu trabalho com transparência e credibilidade, sem deixar dúvidas pertinentes a probidade e padrões éticos de seus pareceres. Esse profissional deve descrever o seu parecer sobre o objeto auditado, de forma a garantir máxima clareza, competência e imparcialidade em seus relatórios de auditoria.

Conclui-se que as demonstrações financeiras configuram relatórios contábeis gerados para auxiliar a tomada de decisões sobre gastos e investimentos, e, ao serem auditadas contribuem para capturar a situação das empresas e prover informes relevantes para partes interessadas, como gestores, credores, governo e agentes econômicos. Para tanto, o auditor pode utilizar diferentes modelos de relatórios para expor as demonstrações financeiras, suas diferenças se distinguem pelo escopo, período estudado e serviços internos ou externos à companhia. As demonstrações financeiras, mediante as quais o auditor pode emitir seu parecer podem ser Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas.

A importância da auditoria das demonstrações financeiras vai além de averiguar os dados financeiros de uma empresa. Esta pode contribuir para compreender claramente o negócio, segmento e os princípios regulatórios a que as organizações estão sujeitas, de forma a presumir riscos, contribuir para encontrar soluções, e, por conseguinte, cooperar para manter a continuidade o negócio.

Para auditar empresas torna-se imperativo que os auditores sejam providos de muito conhecimento sobre os relatórios contábeis e todos os seus contextos que devem ser apresentados nas auditorias, isso aliado a muita responsabilidade e probidade, haja vista que as suas propostas podem ser aproveitadas pelas empresas em importantes tomadas de decisões.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ARAÚJO, I.P.S. **Introdução à auditoria operacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2004.

ATTIE, W. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

CAMARGO, M. F. *et al.* **Gestão do Terceiro Setor no Brasil: Estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos**. São Paulo: Editora Futura, 2001.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamentos técnicos contábeis 2008. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2009. 881 p. Disponível em: <http://cfc.org.br/uparq/livro_CPC2.pdf > Acesso em: 07 out. 2020.

CHERMAN, B. **Auditoria externa**. 2012. Disponível em: <http://www.vemconcursos.com/opiniao/index.phtml?page_id=233&page_parte=2 > Acesso em: 01 abr. 2020.

FRANCO, H. **Auditoria contábil**. 2 ed., São Paulo: Atlas, 1991.

GARCIA, Rodrigo; SOUZA, Remerson Galindo de. Auditoria das demonstrações financeiras. **BLB Brasil**. Auditoria Consultoria Educação. 2020. 2p. Disponível em: <<https://www.blbbrasil.com.br/servico/auditoria-das-demonstracoes-financeiras/>> Acesso em: 14 out. 2020.

GATTIO, L. M. **A lei 11638/07 com relação à substituição da demonstração de origens e aplicação de recursos pela demonstração de fluxo de caixa**. Projeto de Pesquisa de Monografia de Conclusão de Curso. Curso de Graduação em Ciências Contábeis Faculdade Cenecista de Capivari – CNEC 39 páginas, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: < <https://wp.ufpel.edu.br/ecb/files/2009/09/Tipos-de-Pesquisa.pdf> >. Acesso: 07 out. 2020

GUIA CONTÁBIL. **Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)**, 2014. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/demonstracaodoresultado.htm>> Acesso em: 28 abr. 2020.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, S. **ITG 1000 – Interpretação Técnica Geral**. 2012. Disponível em: <<http://www.priori.com.br/Contabilidade/ITG-1000.html>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

JUND, S. **Auditoria: conceitos, normas técnicas e procedimentos: teoria e 950 questões**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 816p.

LAURINDO, A. S. C. **O papel do terceiro setor na efetivação dos direitos sociais no Brasil (1988-2006)**. Dissertação de Mestrado. Campo dos Goytacazes: Faculdade de Direito de Campos, 2006. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp035976.pdf>. Acesso em 21 mai. 2020.

LEANDRO, D. **A importância das notas explicativas nas demonstrações contábeis**. 14/04/2011. Disponível em: <<http://www.contabeis.com.br/artigos/498/a-importancia-das-notas-explicativas-nas-demonstracoes-contabeis/>>. Acesso em: 04 mai. 2020.

MAIA, M. S. *et al.* Contribuição do sistema de controle interno para a excelência corporativa. **Revista Universo Contábil**, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 1, n. 1, p 56 – 72, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.btconsulting.com.br/artigos/artigo%20controlés%20internos%20da%20revista%20Universo%20Contabil.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2020.

MARION, J. C. **Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial**. São Paulo: Atlas, 2008. 306p.

MORAIS, H. H. G. **Normas e Técnicas de Auditoria I**. 2009. Disponível em: <controladoriageral.mg.gov.br>. Acesso em: 04 abr. 2020.

NUNES. P. **Conceito de Contabilidade**. 2006. Disponível em: <<http://www.notapositiva.com/professores/paulonunes.htm>> Acesso em: 04 abr. 2020.

PORTAL DE CONTABILIDADE **Auditoria independente**. Características. 2014. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/auditoria.htm>>. Acesso em: 04 mai. 2020.

PINHEIRO, J. M. S. **Bibliografia e Webgrafia**. 23/04/2010 Disponível em: <https://www.projetoderedes.com.br/artigos/artigo_bibliografia_e_webgrafia.php>. Acesso em: 04 mai. 2020.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade Básica Fácil**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SÁ, A. L. **Curso de Auditoria**. 10 Edição. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, A; GRATERON, I. R. G. Contabilidade criativa e responsabilidade dos auditores. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo, v. 14, n. 32, p. 07-22, agosto de 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151970772003000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 maio 2020.

SANTOS, A.; CASA NOVA, S. P. C. Proposta de um modelo estruturado de análise de demonstrações contábeis. **RAE-eletrônica**, v. 4, n. 1, Art. 8, jan./jul. 2005.

Disponível em: <http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=2176&Secao=ARTIGOS&Volume=4&Numero=1&Ano=2005>. Acesso: 04 mai. 2020.
SILVEIRA, D. T; CORDOVA, F. P. A Pesquisa Científica. Unidade 2 – p.31-43. In: GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Curso de Graduação Tecnológica. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso: 07 out. 2020.

SCHMITZ, A. Importância da Auditoria das Demonstrações Financeiras. **Schmitz Auditores** 1ª Ed., 2016. 11p. Disponível em: <<http://schmitzauditores.com.br/wpcontent/uploads/2016/11/AuditoriadasDemonstracoes-Financeiras.pdf>> Acesso em: 24 out. 2020.

TEIXEIRA, P.H. *et al.* **Papéis de trabalho e documentação da auditoria**. 2011. Disponível em: <http://www.portaldeauditoria.com.br/legislacao/normas/papeisdetrabalho.htm>. Acesso em: 01 mai. 2020.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Autor Orientando

Wesley Pereira Machado

E-mail: wesley.09884@alunofpm.com.br

Autores Orientadores

Dinamar Vidallas Rodrigues

E-mail: excelencia.dinamar@hotmail.com